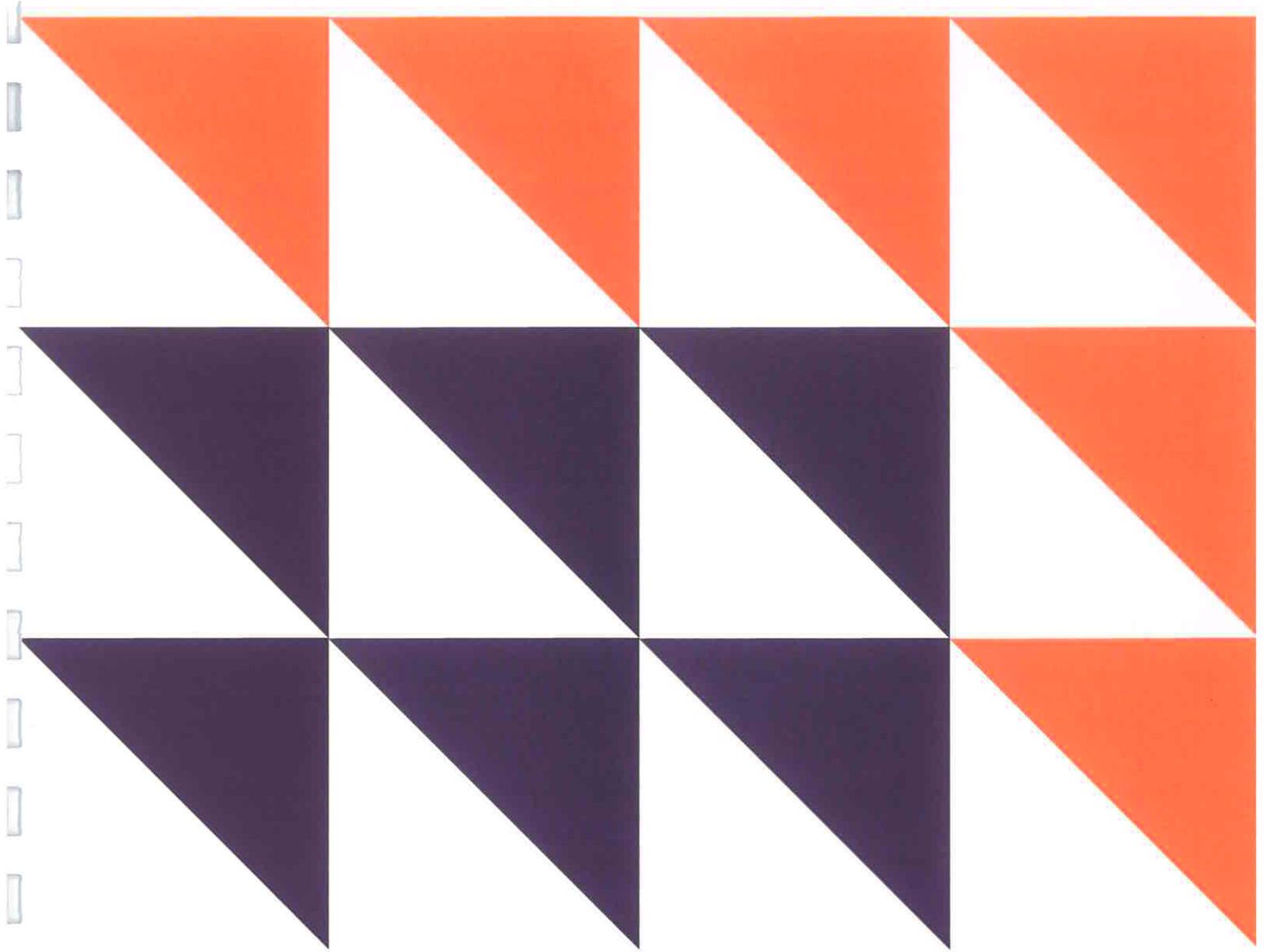




CONTAS CONSOLIDADAS

2022

GRUPO PÚBLICO | SNC-AP

CIMAC – GESAMB EIM



ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	1
ASPETOS PRELIMINARES.....	2
GRUPO A CONSOLIDAR.....	4
ATIVIDADE DESENVOLVIDA.....	5
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.....	6
DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO	7
BALANÇO CIMAC 2022	7
BALANÇO GESAMB 2022	8
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CIMAC 2022	10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GESAMB 2022.....	10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2022.....	11
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CIMAC 2022	12
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA GESAMB 2022.....	13
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CIMAC 2022	15
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO GESAMB 2022	16
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 2022.....	17
DÍVIDA CONSOLIDADA 2022.....	18
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO 2022.....	19
DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CIMAC 2022.....	20
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	24
IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	24
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	24
BASES DE MENSURAÇÃO	24
PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	25
PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	29
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	29
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	29
ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	30
OPERAÇÕES INTERNAS	30
DÍVIDAS ENTRE AS ENTIDADES	30
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	31
DÍVIDAS A TERCEIROS.....	31
DÍVIDAS DE TERCEIROS	31
PROVISÕES.....	31
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	31
CONTAS DA CLASSE 5	32
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	32
RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE	



ENQUADRAMENTO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) determina no seu artigo 75.º, a obrigatoriedade de consolidação de contas para as entidades intermunicipais que detenham empresas nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O n.º 6 daquele artigo 75.º define: *"Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal."*

O n.º 8 do mesmo artigo estabelece que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação das contas são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

O presente documento constitui o relatório de prestação de contas consolidadas para o exercício de 2022, elaborado em conformidade com o RFALEI e, pelo terceiro ano, com o referencial contabilístico SNC-AP (sistema de normalização contabilística para a Administração Pública), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, conjugado com os requisitos previstos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para efeitos de apreciação dos documentos de prestação de contas consolidadas, os mesmos são elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo, e de acordo com a Resolução n.º 6/2022 do Tribunal de Contas, de 5 de janeiro de 2023, as contas consolidadas organizadas nos termos do SNC-AP são remetidas até 30 de junho, através da plataforma eletrónica de prestação de contas do TdC.



ASPETOS PRELIMINARES

A elaboração da prestação de contas consolidadas da CIMAC para o exercício de 2022 seguiu os seguintes normativos:

- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro: Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI);
- Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Instrução n.º 1/2019 de 6 de março: Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas;
- Resolução n.º 6/2022 de 5 de janeiro: Prestação de contas relativas ao ano de 2022.

A contabilização dos interesses em outras entidades, assim como a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo do SNC-AP, observa as seguintes normas de contabilidade pública:

- NCP 21 — Demonstrações Financeiras Separadas
- NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
- NCP 24 – Acordos Conjuntos

O grupo público objeto do presente relatório é composto pela **CIMAC** – entidade consolidante, e pela **GESAMB, EIM** – entidade consolidada.

Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a. Balanço consolidado;
- b. Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c. Demonstração de fluxos de caixa consolidada;
- d. Demonstração consolidada de alterações no património líquido
- e. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas.

No que respeita às demonstrações orçamentais consolidadas, o perímetro da consolidação orçamental apenas abrange a CIMAC, uma vez que a entidade consolidada não elabora demonstrações orçamentais. É entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que estando uma empresa municipal ou intermunicipal a adotar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a mesma não está sujeita à aplicação da NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental, sendo por isso parte integrante do perímetro de consolidação financeira, mas não do perímetro de consolidação orçamental.

ASPETOS PRELIMINARES

Relativamente ao método de consolidação, a CIMAC adotou o método da consolidação integral, uma vez que detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada. Este método consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados da entidade consolidada e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.

Os direitos de terceiros são designados, para este efeito, como interesses minoritários ou interesses não controlados, reconhecidos em termos de balanço e demonstração de resultados, de acordo com a percentagem da entidade consolidada não detida pela CIMAC.

Procedeu-se à eliminação das operações internas das entidades integrantes do grupo público, através da eliminação das transações relativas a operações efetuadas entre elas.

Fases adotadas no processo de consolidação:

1. Somatório das contas do balanço e demonstração de resultados das entidades a consolidar;
2. Repartição dos capitais próprios e dos resultados líquidos do exercício da entidade dependente, evidenciando a parcela que pertence ao grupo público e a parcela que pertence a terceiros (interesses minoritários);
3. Demonstração da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo da CIMAC e a fração que lhe cabe nos capitais próprios da entidade dependente;
4. Anulação de todas as transações efetuadas entre as entidades alvo de consolidação, assim como os saldos de contas daí decorrentes.

Relativamente às contas da CIMAC, o balanço e a demonstração de resultados de 2022 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

A informação a seguir apresentada exhibe as orientações seguidas pela CIMAC relativamente à prestação de contas consolidadas no exercício de 2022.

GRUPO A CONSOLIDAR

Entidade Consolidante: Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC)

- Constituída em 3 de agosto de 2009, é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, com sede em Évora, na Rua 24 de Julho n.º1. Nos termos da lei a CIMAC teve origem na conversão da AMDE em Comunidade Intermunicipal, tendo recebido desta todos os direitos e obrigações, entre os quais a participação e direitos de voto na GESAMB.
- Natureza da atividade: visa a realização de interesses comuns aos 14 municípios do Distrito de Évora/Alentejo Central (NUT III) que a integram, regendo-se pela Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, pelos respetivos Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Entidade Consolidada: GESAMB - GESTÃO AMBIENTAL E DE RESÍDUOS, EIM

- Sede social: Aterro Intermunicipal - Estrada das Alcáçovas EN 380, 7000-175 Évora
- Natureza da atividade: atividades de recolha, recolha seletiva, triagem, tratamento e valorização de resíduos sólidos dos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa, designadamente através de: a) Promoção direta ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de transporte, valorização, tratamento e destino final de resíduos sólidos; b) Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.
- Capital Social: 1.000.000 €
- Participação da CIMAC no Capital Social: 60%



ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O essencial da atividade exclusiva da CIMAC encontra-se descrita no Relatório e Contas 2022, aprovado pelo Conselho Intermunicipal em 18/04/2023 e pela Assembleia Intermunicipal em 04/05/2023.

A atividade desenvolvida pela Gesamb, EIM no exercício de 2022, está relatada no Relatório de Gestão da entidade aprovado em 23/04/2023.

Numa visão de grupo a atividade global integra a intervenção em alta na área dos resíduos urbanos que é desenvolvida através do contrato de gestão delegada na empresa intermunicipal que compõe o grupo e cujos reflexos em termos de consolidação de demonstrações financeiras são tidos em consideração no presente relatório.



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Para mais fácil compreensão dos documentos consolidados incluem-se também as respetivas demonstrações individuais das duas entidades, assim como as correções resultantes das relações entre elas.

Após a apresentação dos documentos referidos anexam-se as notas específicas à consolidação, incluindo informações relativas ao perímetro de consolidação, aos procedimentos adotados para a consolidação de saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários.

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

De seguida apresentam-se os documentos individuais e consolidados da CIMAC e GESAMB:

BALANÇO CIMAC 2022:

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Balanco em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	13 999 839,60 €	17 187 173,99 €
Ativos intangíveis	1 250 841,81 €	6 033,91 €
Investimentos Participações financeiras	7 319 592,23 €	8 117 460,29 €
Outras contas a receber	172 684,32 €	259 026,52 €
	22 742 957,96 €	25 569 694,71 €
Ativo corrente		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	17 501 623,17 €	21 450 241,15 €
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	1 333,77 €
Estado e outros entes públicos	10 221,68 €	10 471,28 €
Outras contas a receber	807 621,12 €	756 321,14 €
Diferimentos	5 998,99 €	5 672,66 €
Caixa e depósitos	3 092 496,66 €	595 329,39 €
	21 417 961,62 €	22 819 369,39 €
Total do ativo	44 160 919,58 €	48 389 064,10 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	7 620 033,17 €	7 620 033,17 €
Reservas	1 862,37 €	1 862,37 €
Resultados transitados	-4 331 403,88 €	-2 369 069,45 €
Ajustamentos em ativos financeiros	3 866 794,04 €	4 560 633,19 €
Outras variações no património líquido	1 790 339,21 €	2 209 007,71 €
Resultado líquido do período	802 117,70 €	-672 120,93 €
Total do Património Líquido	9 749 742,61 €	11 350 346,06 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	10 241 060,25 €	11 212 475,30 €
Diferimentos	12 596 504,15 €	13 791 344,65 €
Outras contas a pagar	172 684,28 €	259 026,52 €
	23 010 248,68 €	25 262 846,47 €
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	1 489,15 €
Fornecedores	234 942,54 €	96 159,30 €
Financiamentos obtidos	971 415,04 €	902 317,91 €
Fornecedores de Investimentos	830 234,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	4 007 158,82 €	3 610 223,71 €
Diferimentos	5 357 177,89 €	7 165 681,50 €
	11 400 928,29 €	11 775 871,57 €
Total do Passivo	34 411 176,97 €	37 038 718,04 €
Total do Património Líquido e Passivo	44 160 919,58 €	48 389 064,10 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

BALANÇO GESAMB 2022:

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM
Balço em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	12 648 729,14 €	12 744 222,43 €
Ativos intangíveis	110 960,55 €	109 506,63 €
Outros Investimentos financeiros	18 778,14 €	16 878,00 €
Ativos por impostos diferidos	118,85 €	10 800,57 €
	12 778 586,68 €	12 881 407,63 €
Ativo corrente		
Inventários	65 995,04 €	64 308,11 €
Clientes	1 522 709,72 €	1 123 837,61 €
Estado e outros entes públicos	185 325,90 €	183 953,88 €
Outras créditos a receber	1 133 035,51 €	1 930 121,74 €
Diferimentos	356 964,62 €	324 238,81 €
Caixa e depósitos bancários	4 845 151,73 €	5 545 965,08 €
	8 109 182,52 €	9 172 425,23 €
Total do ativo	20 887 769,20 €	22 053 832,86 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital Próprio		
Capital subscrito	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €
Reservas legais	915 000,00 €	876 000,00 €
Outras reservas	4 699 907,06 €	4 658 257,62 €
Resultados transitados	0,00 €	0,00 €
Ajust. / Outras variações de capital próprio	5 629 291,85 €	6 478 190,45 €
	12 244 198,91 €	13 012 448,07 €
Resultado líquido do período	134 118,49 €	388 149,44 €
Total do capital próprio	12 378 317,40 €	13 400 597,51 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	3 497 791,27 €	3 479 792,07 €
Financiamentos obtidos	643 702,58 €	789 812,09 €
Outras dívidas a pagar	1 631 556,50 €	1 878 010,93 €
	5 773 050,35 €	6 147 615,09 €
Passivo corrente		
Fornecedores	221 567,96 €	337 385,46 €
Estado e outros entes públicos	54 066,88 €	64 513,12 €
Financiamentos obtidos	146 109,50 €	140 623,78 €
Outras dívidas a pagar	2 296 837,11 €	1 833 668,21 €
Diferimentos	17 820,00 €	129 429,69 €
	2 736 401,45 €	2 505 620,26 €
Total do Passivo	8 509 451,80 €	8 653 235,35 €
Total do Património Líquido e Passivo	20 887 769,20 €	22 053 832,86 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO PÚBLICO CIMAC-GESAMB 2022:

RUBRICAS	BALANÇO CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	26 648 568,74 €	29 931 396,42 €
Ativos intangíveis	1 361 802,36 €	115 540,54 €
Investimentos Participações financeiras	77 101,79 €	77 101,79 €
Outros ativos financeiros	18 778,14 €	16 878,00 €
Ativos por impostos diferidos	118,85 €	10 800,57 €
Outras contas a receber	172 684,32 €	259 026,52 €
	28 279 054,20 €	30 410 743,84 €
Ativo corrente		
Inventários	65 995,04 €	64 308,11 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	17 501 623,17 €	21 450 241,15 €
Clientes, contribuintes e utentes	1 522 709,72 €	1 125 171,38 €
Estado e outros entes públicos	195 547,58 €	194 425,16 €
Outras contas a receber	1 940 656,63 €	2 686 442,88 €
Diferimentos	362 963,61 €	329 911,47 €
Caixa e depósitos	7 937 648,39 €	6 141 294,47 €
	29 527 144,14 €	31 991 794,62 €
Total do ativo	57 806 198,34 €	62 402 538,46 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	5 676 205,21 €	5 676 205,21 €
<i>Património Interesses minoritários</i>	<i>400 000,00 €</i>	<i>400 000,00 €</i>
Reservas	1 862,37 €	3 322 416,94 €
<i>Reservas Interesses minoritários</i>	<i>2 245 962,82 €</i>	<i>2 213 703,05 €</i>
Resultados transitados	1 663 718,12 €	-3 172 216,80 €
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	1 790 339,21 €	6 095 921,98 €
<i>Out. variações PL Interesses minoritários</i>	<i>2 251 716,74 €</i>	<i>2 591 276,18 €</i>
Resultado líquido do período	802 117,70 €	-571 981,27 €
<i>Resultado líquido do período Interesses minoritários</i>	<i>53 647,40 €</i>	<i>155 259,78 €</i>
Interesses que não controlam	4 951 326,96 €	5 360 239,00 €
Total do Património Líquido	14 885 569,57 €	16 710 585,07 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	3 497 791,27 €	3 479 792,07 €
Financiamentos obtidos	10 884 762,83 €	12 002 287,39 €
Diferimentos	12 596 504,15 €	13 791 344,65 €
Outras contas a pagar	1 804 240,78 €	2 137 037,45 €
	28 783 299,03 €	31 410 461,56 €
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	1 489,15 €
Fornecedores	456 510,50 €	433 544,76 €
Estado e outros entes públicos	54 066,88 €	64 513,12 €
Financiamentos obtidos	1 117 524,54 €	1 042 941,69 €
Fornecedores de Investimentos	830 234,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	6 303 995,93 €	5 443 891,92 €
Diferimentos	5 374 997,89 €	7 295 111,19 €
	14 137 329,74 €	14 281 491,83 €
Total do Passivo	42 920 628,77 €	45 691 953,39 €
Total do Património Líquido e Passivo	57 806 198,34 €	62 402 538,46 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CIMAC 2022:

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	+	0,00 €	3,59 €
Prestações de serviços e concessões	+	46 836,10 €	46 840,92 €
Rendimentos/Gastos imputados de entid. controladas, assoc. e empreend. conj.	+/-	80 471,09 €	365 639,66 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	+	9 060 376,25 €	6 198 167,22 €
Fornecimentos e serviços externos	-	-2 298 779,60 €	-2 435 446,88 €
Gastos com pessoal	-	-1 275 494,09 €	-1 029 929,41 €
Transferências e subsídios concedidos	-	-3 189 241,97 €	-1 648 821,81 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	+/-	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	+	1 411 155,97 €	1 768 335,49 €
Outros gastos e perdas	-	-86 810,71 €	-98 870,63 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 748 513,04 €	3 165 918,15 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	+/-	-1 880 213,39 €	-1 991 681,45 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 868 299,65 €	1 174 236,70 €
Juros e gastos similares suportados	-	-1 066 181,95 €	-1 846 357,63 €
Resultado antes de impostos		802 117,70 €	-672 120,93 €
Resultado líquido do período		802 117,70 €	-672 120,93 €

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GESAMB 2022:

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS		2022	2021
Vendas e serviços prestados		6 583 119,50 €	6 210 195,37 €
Subsídios à exploração		95 986,11 €	80 150,96 €
Variação de inventários na produção		1 686,93 €	-43 733,35 €
Fornecimentos e serviços externos		-2 244 728,30 €	-1 840 902,79 €
Gastos com pessoal		-2 201 353,51 €	-1 948 159,63 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		29 325,15 €	-102 749,82 €
Provisões (aumentos/reduções)		-17 999,20 €	13 132,37 €
Outros rendimentos		1 200 902,13 €	1 068 571,26 €
Outros gastos		-1 398 754,10 €	-1 207 511,69 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 048 184,71 €	2 228 992,68 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1 835 700,46 €	-1 680 817,19 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		212 484,25 €	548 175,49 €
Juros e gastos similares suportados		-34 318,55 €	-39 616,06 €
Resultado antes de impostos		178 165,70 €	508 559,43 €
Impostos sobre o rendimento do período		-44 047,21 €	-120 409,99 €
Resultado líquido do período		134 118,49 €	388 149,44 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA GRUPO PÚBLICO CIMAC-GESAMB 2022:

RUBRICAS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	
	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	3,59 €
Vendas	1 585 923,38 €	1 650 050,84 €
Prestações de serviços e concessões	5 044 032,22 €	4 606 985,45 €
Rendimentos/Gastos imputados de entid. controladas, associadas e empreend. conj.	0,00 €	232 889,66 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 156 362,36 €	6 278 318,18 €
Variações nos inventários da produção	1 686,93 €	-43 733,35 €
Fornecimentos e serviços externos	-4 543 507,90 €	-4 276 349,67 €
Gastos com pessoal	-3 476 847,60 €	-2 978 089,04 €
Transferências e subsídios concedidos	-3 189 241,97 €	-1 648 821,81 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	29 325,15 €	-102 749,82 €
Provisões (aumentos/reduções)	-17 999,20 €	13 132,37 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	2 612 058,10 €	2 836 906,75 €
Outros gastos e perdas	-1 485 564,81 €	-1 306 382,32 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	5 716 226,66 €	5 262 160,83 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 715 913,85 €	-3 672 498,64 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 000 312,81 €	1 589 662,19 €
Juros e gastos similares suportados	-1 100 500,50 €	-1 885 973,69 €
Resultado antes de impostos	899 812,31 €	-296 311,50 €
Imposto sobre o rendimento	-44 047,21 €	-120 409,99 €
Resultado líquido do período	855 765,10 €	-416 721,49 €
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	802 117,70 €	-571 981,27 €
Interesses que não controlam	53 647,40 €	155 259,78 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CIMAC 2022:

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	59 502,18 €	58 046,03 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	+	10 053 651,53 €	6 197 907,33 €
Pagamentos a fornecedores	-	-2 517 957,98 €	-3 396 429,57 €
Pagamentos ao pessoal	-	-1 257 178,30 €	-1 021 740,40 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-	-2 633 230,40 €	-1 569 648,56 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	3 704 787,03 €	268 134,83 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-245 157,20 €	-67 353,27 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a) +/-	3 459 629,83 €	200 781,56 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-559 761,09 €	-1 437 136,46 €
Ativos intangíveis	-	-456 084,70 €	-337 882,45 €
Investimentos financeiros	-	0,00 €	-65 000,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	20 483,70 €	0,00 €
Transferências de capital	+	1 315 771,38 €	1 545 671,73 €
Dividendos	+	184 500,00 €	132 750,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b) +/-	504 909,29 €	-161 597,18 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento	+	755 661,50 €	178 881,89 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-824 555,83 €	0,00 €
Juros e gastos similares	-	-980 460,45 €	-255,14 €
Outras operações de financiamento	-	-418 017,07 €	-147 153,22 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c) +/-	-1 467 371,85 €	31 473,53 €
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c) +/-	2 497 167,27 €	70 657,91 €
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+	595 329,39 €	524 671,48 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+	3 092 496,66 €	595 329,39 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		595 329,39 €	524 671,48 €
- Equivalentes a caixa no início do período	-		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	+		
-Variações cambiais de caixa no início do período	-		
= Saldo da gerência anterior	+	595 329,39 €	524 671,48 €
De execução orçamental		595 329,39 €	524 671,48 €
De operações de tesouraria		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 092 496,66 €	595 329,39 €
- Equivalentes a caixa no fim do período	-		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	+		
- Variações cambiais de caixa no fim do período	-		
= Saldo da gerência seguinte	+	3 092 496,66 €	595 329,39 €
De execução orçamental		2 723 123,56 €	563 600,72 €
De operações de tesouraria		369 373,10 €	31 728,67 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA GESAMB 2022:

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	6 530 482,27 €	6 449 075,93 €
Pagamentos a Fornecedores	-4 112 371,43 €	-3 340 572,94 €
Pagamentos ao Pessoal	-2 008 255,30 €	-1 795 023,73 €
Caixa gerada pelas operações	409 855,54 €	1 313 479,26 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-88 734,34 €	-159 925,72 €
Outros recebimentos/pagamentos	585 859,18 €	339 647,88 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	906 980,38 €	1 493 201,42 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1 653 314,55 €	-1 653 798,68 €
Ativos intangíveis	-29 448,59 €	-2 543,89 €
Investimentos financeiros	-5 770,58 €	-5 096,52 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	13 994,02 €	0,00 €
Investimentos financeiros	3 921,91 €	1 095,20 €
Subsídios ao investimento	543 212,16 €	650 288,97 €
Juros e rendimentos similares	2 339,43 €	1 523,39 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-1 125 066,20 €	-1 008 531,53 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-140 623,79 €	-135 344,01 €
Juros e gastos similares	-34 603,74 €	-39 883,51 €
Dividendos	-307 500,00 €	-295 000,00 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)	-482 727,53 €	-470 227,52 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-700 813,35 €	14 442,37 €
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 545 965,08 €	5 531 522,71 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 845 151,73 €	5 545 965,08 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
GRUPO PÚBLICO CIMAC-GESAMB 2022:

			DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA	
RUBRICAS			2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+		6 589 984,45 €	6 507 121,96 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	+		10 053 651,53 €	6 197 907,33 €
Pagamentos a fornecedores	-		-6 630 329,41 €	-6 737 002,51 €
Pagamentos ao pessoal	-		-3 265 433,60 €	-2 816 764,13 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-		-2 633 230,40 €	-1 569 648,56 €
Caixa gerada pelas operações	+/-		4 114 642,57 €	1 581 614,09 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento	+/-		-88 734,34 €	-159 925,72 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		340 701,98 €	272 294,61 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/-	4 366 610,21 €	1 693 982,98 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-		-2 213 075,64 €	-3 090 935,14 €
Ativos intangíveis	-		-485 533,29 €	-340 426,34 €
Investimentos financeiros	-		-5 770,58 €	-70 096,52 €
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+		34 477,72 €	0,00 €
Investimentos financeiros	+		3 921,91 €	1 095,20 €
Subsídios ao investimento	+		543 212,16 €	650 288,97 €
Transferências de capital	+		1 315 771,38 €	1 545 671,73 €
Juros e rendimentos similares	+		2 339,43 €	1 523,39 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	+/-	-804 656,91 €	-1 302 878,71 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Outras operações de financiamento	+		755 661,50 €	178 881,89 €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		-965 179,62 €	-135 344,01 €
Juros e gastos similares	-		-1 015 064,19 €	-40 138,65 €
Dividendos	-		-123 000,00 €	-162 250,00 €
Outras operações de financiamento	-		-418 017,07 €	-147 153,22 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)	+/-	-1 765 599,38 €	-306 003,99 €
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)	+/-	1 796 353,92 €	85 100,28 €
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+	6 141 294,47 €	6 056 194,19 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+	7 937 648,39 €	6 141 294,47 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período			6 141 294,47 €	6 056 194,19 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		+		
-Variações cambiais de caixa no início do período		-		
= Saldo da gerência anterior		+	6 141 294,47 €	6 056 194,19 €
De execução orçamental			6 141 294,47 €	6 056 194,19 €
De operações de tesouraria			0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			7 937 648,39 €	6 141 294,47 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		-		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		+		
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-		
= Saldo da gerência seguinte		+	7 937 648,39 €	6 141 294,47 €
De execução orçamental			7 568 275,29 €	6 109 565,80 €
De operações de tesouraria			369 373,10 €	31 728,67 €

[Handwritten signature and initials]

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CIMAC 2022:

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Demonstração de alterações no património líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	Capital/ Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1) 7 620 033,17 €	1 862,37 €	-2 369 069,45 €	4 560 633,19 €	2 209 007,71 €	-672 120,93 €	11 350 346,06 €	0,00 €	11 350 346,06 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico							0,00 €		0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas							0,00 €		0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00 €		0,00 €
Realização do excedente de revalorização							0,00 €		0,00 €
Excedentes de revalorizações e respetivas variações							0,00 €		0,00 €
Transferências e subsídios de capital					202 506,72 €		202 506,72 €		202 506,72 €
Correção de erros materiais							0,00 €		0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-1 290 209,91 €	-693 839,15 €	-176 175,75 €		-2 160 224,81 €		-2 160 224,81 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2) 0,00 €	0,00 €	-1 290 209,91 €	-693 839,15 €	26 330,97 €	0,00 €	-1 957 718,09 €	0,00 €	-1 957 718,09 €
RESULTADO INTEGRAL	(3)					802 117,70 €	802 117,70 €	0,00 €	802 117,70 €
	(4) = (2) + (3)					802 117,70 €	-1 155 600,39 €		-1 155 600,39 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital/património									
Entradas para coberturas de perdas									
Outras operações			-672 124,52 €		-444 999,47 €	672 120,93 €	-445 003,06 €		-445 003,06 €
	(5)	0,00 €	-672 124,52 €	0,00 €	-444 999,47 €	672 120,93 €	-445 003,06 €	0,00 €	-445 003,06 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5) 7 620 033,17 €	1 862,37 €	-4 331 403,88 €	3 866 794,04 €	1 790 339,21 €	802 117,70 €	9 749 742,61 €	0,00 €	9 749 742,61 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO GESAMB 2022:

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Demonstração de alterações de capital próprio do período findo em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/ Outras Variações CP	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
		Reservas legais	Outras reservas				
6 Posição no início do período 2021	1 000 000,00 €	876 000,00 €	4 658 257,62 €	6 478 190,45 €	0,00 €	388 149,44 €	13 400 597,51 €
Alterações no período							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas de capital próprio		39 000,00 €	41 649,44 €	-848 898,60 €	307 500,00 €	-388 149,44 €	-848 898,60 €
7	0,00 €	39 000,00 €	41 649,44 €	-848 898,60 €	307 500,00 €	-388 149,44 €	-848 898,60 €
8 Resultado líquido do período						134 118,49 €	134 118,49 €
9=7+8 Resultado integral						-254 030,95 €	-714 780,11 €
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições					-307 500,00 €		-307 500,00 €
10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-307 500,00 €	0,00 €	-307 500,00 €
6+7+8+10 Posição no fim do período 2021	1 000 000,00 €	915 000,00 €	4 699 907,06 €	5 629 291,85 €	0,00 €	134 118,49 €	12 378 317,40 €

A handwritten signature in black ink is written over a red rectangular stamp. The signature is stylized and appears to be 'S. J. ...'. The red stamp is partially obscured by the signature.A handwritten signature in black ink is written over a red rectangular stamp. The signature is stylized and appears to be 'S. J. ...'. The red stamp is partially obscured by the signature.A handwritten signature in black ink is written over a red rectangular stamp. The signature is stylized and appears to be 'S. J. ...'. The red stamp is partially obscured by the signature.

DÍVIDA CONSOLIDADA**GRUPO PÚBLICO CIMAC-GESAMB 2022:****Dívidas a pagar**

Os valores consolidados da dívida do grupo público ascendem a 20 milhões e 600 mil euros, 76% dos quais respeitantes à CIMAC, e em particular ao contrato de eficiência energética na iluminação pública do Alentejo Central, conforme explicitado mais à frente nas notas às demonstrações financeiras.

em 31 de dezembro de 2022

PASSIVO	CIMAC	GESAMB	Dívidas recíprocas	CONSOLIDADO
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	10 241 060,25 €	643 702,58 €		10 884 762,83 €
Outras contas a pagar	172 684,28 €	1 631 556,50 €		1 804 240,78 €
	10 413 744,53 €	2 275 259,08 €	0,00 €	12 689 003,61 €
Passivo corrente				
Fornecedores	234 942,54 €	221 567,94 €		456 510,50 €
Estado e outros entes públicos		54 066,88 €		54 066,88 €
Financiamentos obtidos	971 415,04 €	146 109,50 €		1 117 524,54 €
Outras contas a pagar	4 007 158,87 €	2 296 837,11 €		6 303 995,93 €
	5 213 516,40 €	2 718 581,45 €	0,00 €	7 932 097,85 €
Total do Passivo	15 627 160,93 €	4 993 840,53 €	0,00 €	20 621 101,46 €

Dívidas a receber

Por receber, o grupo público contabiliza cerca de 21 milhões e 300 mil euros, dos quais cerca de 87% respeitam à CIMAC e no seu contrato de eficiência energética que se encontra em execução desde 2020.

em 31 de dezembro de 2022

ATIVO	CIMAC	GESAMB	Dívidas recíprocas	CONSOLIDADO
Ativo não corrente				
Outras contas a receber	172 684,32 €			172 684,32 €
	172 684,32 €	0,00 €	0,00 €	172 684,32 €
Ativo corrente				
Deved. por transf. e subs. não reembolsáveis	17 501 623,17 €			17 501 623,17 €
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	1 522 709,72 €		1 522 709,72 €
Estado e outros entes públicos	10 221,68 €	185 325,90 €		195 547,58 €
Outras contas a receber	807 621,12 €	1 133 035,51 €		1 940 656,63 €
	18 319 465,97 €	2 841 071,13 €	0,00 €	21 160 537,10 €
Total do Ativo	18 492 150,29 €	2 841 071,13 €	0,00 €	21 333 221,42 €

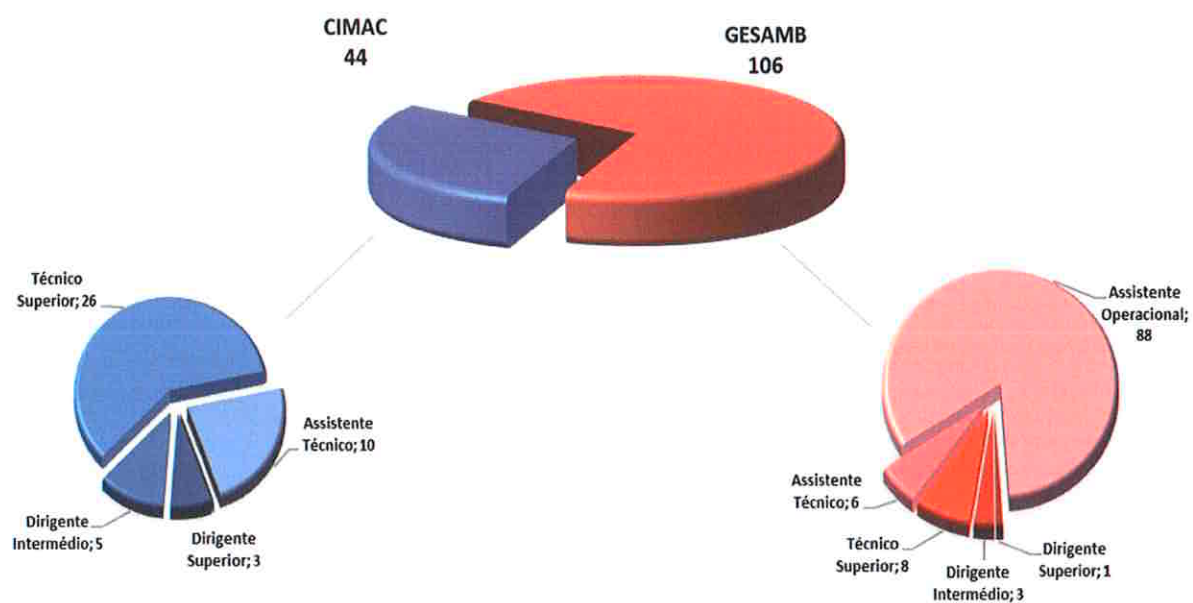
DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO GRUPO PÚBLICO CIMAC-GESAMB 2022:

Na tabela seguinte apresenta-se o total de trabalhadores por carreira/cargo e por entidade, ao serviço em 31/12/2022:

Ano 2022	N.º de trabalhadores			
	CIMAC	GESAMB	GRUPO	
Grupo profissional				
Dirigente Superior	3	1	4	2,7%
Dirigente Intermédio	5	3	8	5,3%
Técnico Superior	26	8	30	22,7%
Assistente Técnico	10	6	16	10,7%
Assistente Operacional	0	88	85	58,7%
TOTAL	44	106	150	100,0%

Representação gráfica do número de trabalhadores do grupo:



DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CIMAC 2022:

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2022	2021	RUBRICA	PAGAMENTOS	2022	2021
RA01	Saldo de gerência anterior	595 329,39 €	524 671,48 €	DA01	Despesa corrente	7 440 651,53 €	5 797 996,78 €
RI01	Operações orçamentais [1]	563 600,72 €	524 671,48 €	D1	Despesas com o pessoal	1 252 407,49 €	1 019 774,80 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	966 793,50 €	793 995,51 €
RI04	Receb. saldo devolvido p terceiras ent.			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	15 231,44 €	7 540,19 €
RI03	Operações de tesouraria [A]	31 728,67 €		D1.3	Segurança social	270 382,55 €	218 239,10 €
RA02	Receita corrente	10 318 137,46 €	6 388 703,36 €	D2	Aquisição de bens e serviços	3 502 097,61 €	3 204 268,09 €
R1	Receita fiscal			D3	Juros e outros encargos	2,90 €	40,37 €
R1.1	Impostos diretos			D4	Transferências e subsídios correntes	2 633 230,40 €	1 567 289,63 €
R1.2	Impostos indiretos			D4.1	Transferências correntes	402 512,57 €	197 526,27 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D4.1.1	Administrações Públicas	371 641,45 €	181 622,48 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	184 500,00 €	132 750,00 €	D4.1.1.1	Admin. Central - Estado Português		4 121,37 €
R4	Rendimentos de propriedade	10 032 720,07 €	6 183 465,00 €	D4.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades		
R5	Transferências e subsídios correntes	10 032 720,07 €	6 183 465,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1	Transferências correntes	9 974 581,14 €	6 183 465,00 €	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1	Administrações Públicas	1 430 302,07 €	1 909 759,75 €	D4.1.1.5	Administração Local	371 641,45 €	177 501,11 €
R5.1.1.1	Admin. Central - Estado Português	4 392 691,69 €	1 270 245,15 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo		675,00 €
R5.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades			D4.1.3	Famílias		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.4	Outras	30 871,12 €	15 228,79 €
R5.1.1.4	Administração Regional	4 151 587,38 €	3 003 460,10 €	D4.2	Subsídios Correntes	2 230 717,83 €	1 369 763,36 €
R5.1.1.5	Administração Local	58 138,93 €		D5	Outras despesas correntes	52 913,13 €	6 623,89 €
R5.1.2	Exterior - U E			DA02	Despesa de capital	2 035 365,34 €	2 032 449,07 €
R5.1.3	Outras			D6	Aquisição de bens de capital	2 033 876,19 €	1 974 608,02 €
R5.2	Subsídios correntes	100 797,34 €	72 418,36 €	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	120,05 €	70,00 €	D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R7	Outras receitas correntes						
RA03	Receita de capital	1 315 771,38 €	1 545 671,73 €				
R8	Venda de bens de investimento						
R9	Transferências e subsídios de capital	1 315 771,38 €	1 545 671,73 €				
R9.1	Transferências de capital	1 315 771,38 €	1 545 671,73 €				




DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2022	2021	RUBRICA	PAGAMENTOS	2022	2021
R9.1.1	Administrações Públicas	1 315 771,38 €	1 545 671,73 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Admin. Central - Estado Português	149 866,10 €	177 211,21 €	D7.1.1.1	Admin. Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local	1 165 905,28 €	1 368 460,52 €	D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 630,87 €		D8	Outras despesas de capital	1 489,15 €	57 841,05 €
RA04	Receita efetiva [2]	11 635 539,71 €	7 934 375,09 €	DA03	Despesa efetiva [5]	9 476 016,87 €	7 830 445,85 €
RA05	Receita não efetiva [3]			DA04	Despesa não efetiva [6]	0,00 €	65 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros		65 000,00 €
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	12 199 140,43 €	8 459 046,57 €	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	9 476 016,87 €	7 895 445,85 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	755 661,50 €	178 881,89 €	DOT1	Operações de tesouraria [C]	418 017,07 €	147 153,22 €
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	3 092 496,66 €	595 329,39 €
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 723 123,56 €	563 600,72 €
				DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	369 373,10 €	31 728,67 €
				DA09	Saldo global [2] - [5]	2 159 522,84 €	103 929,24 €
				DA10	Despesa primária	9 476 013,97 €	7 830 405,48 €
				DA11	Saldo corrente	2 877 485,93 €	590 706,58 €
				DA12	Saldo de capital	- 719 593,96 €	- 486 777,34 €
				DA13	Saldo primário	2 159 525,74 €	103 969,61 €
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	12 199 140,43 €	8 459 046,57 €
				DA15	Despesa total [5] + [6]	9 476 016,87 €	7 895 445,85 €

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA CIMAC 2022:

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2022	2021	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2022	2021
	Receita corrente	7 517 604,97 €	9 143 389,80 €		Despesa corrente	7 046 568,64 €	7 795 001,84 €
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal		
R1.1	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		
R1.2	Impostos indiretos			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	270 382,55 €	218 239,10 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	57,71 €	61,30 €	D2	Aquisição de bens e serviços	7 040 754,84 €	7 692 365,52 €
R4	Rendimentos de propriedade			D3	Juros e outros encargos		
R5	Transferências e subsídios correntes	7 489 805,54 €	9 124 984,14 €	D4	Transferências e subsídios correntes	5 813,80 €	102 636,32 €
R5.1	Transferências correntes	7 489 805,54 €	9 124 984,14 €	D4.1	Transferências correntes		69 418,80 €
R5.1.1	Administrações Públicas	7 489 805,54 €	9 124 984,14 €	D4.1.1	Administrações Públicas		69 418,80 €
R5.1.1.1	Admin. Central - Estado Português	264 666,57 €	38 261,60 €	D4.1.1.1	Admin. Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades	23 800,00 €	434 512,30 €	D4.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E	7 201 338,97 €	8 652 210,24 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo		69 418,80 €
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias		
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	27 741,72 €	18 344,36 €	D4.2	Subsídios Correntes	5 813,80 €	33 217,52 €
R7	Outras receitas correntes			D5	Outras despesas correntes		
	Receita de capital	13 383 575,41 €	15 063 849,96 €	DA02	Despesa de capital	13 886 992,00 €	14 872 642,60 €
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital		
R9	Transferências e subsídios de capital	13 383 575,41 €	15 063 849,96 €	D7	Transferências e subsídios de capital	13 886 992,00 €	14 871 153,45 €
R9.1	Transferências de capital	13 383 575,41 €	15 063 849,96 €	D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas	13 383 575,41 €	15 063 849,96 €	D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.1	Admin. Central - Estado Português	38 320,00 €	38 320,00 €	D7.1.1.1	Admin. Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Admin. Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		

[Handwritten signatures and initials in blue and red ink]

DOCUMENTOS OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2022	2021	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2022	2021
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E	13 345 255,41 €	15 025 529,96 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		1 489,15 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			D8	Outras despesas de capital	20 933 560,64 €	22 667 644,44 €
	Receita efetiva	20 901 180,38 €	24 207 239,76 €		Despesa efetiva		
R12	Receita não efetiva			D9	Despesa não efetiva		
R13	Receita com ativos financeiros			D10	Despesa com ativos financeiros		
	Receita com passivos financeiros				Despesa com passivos financeiros		
	Receita Total	20 901 180,38 €	24 207 239,76 €		Despesa Total	20 933 560,64 €	22 667 644,44 €

Como já referido atrás, o perímetro de consolidação orçamental apenas abrange a CIMAC, uma vez que a participada GESAMB aplica o SNC, não estando por esse motivo sujeita à aplicação da NCP 26.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

A CIMAC, enquanto entidade consolidante, detém a seguinte participação na única entidade que controla:

Entidade objeto de consolidação	NIPC	Organização Contabilística	% Controlo
Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	506346773	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)	60,00%

Entidade consolidante	NIPC	Organização Contabilística
CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Método de Consolidação: **Integral** - integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.

Foi também utilizado o método de equivalência patrimonial no ajustamento, no balanço, do valor contabilístico da parte de capital detida pela CIMAC pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da GESAMB.

No que respeita a transações entre as partes relacionadas, a CIMAC relata que a única transação ocorrida no exercício de 2022 foi o recebimento de dividendos pela GEMAB relativos ao exercício de 2021.

Os interesses minoritários foram reconhecidos nos documentos de prestação de contas consolidados de acordo com a percentagem da entidade consolidada que não é detida pela CIMAC.

Os pontos seguintes relatam os principais aspetos decorrentes da aplicação das normas de consolidação de contas:

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, com as devidas alterações subsequentes, e foram aplicados os requisitos das NCP relevantes para a CIMAC. As notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis ou não são significativas para a compreensão das demonstrações em análise.

BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base a estrutura e conteúdos definidos no SNC-AP e são apresentadas em euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Comparabilidade

Respeitando o princípio da continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

A similaridade dos sistemas de contabilidade das entidades do grupo público possibilitou a homogeneização e agregação dos dados, permitindo uma melhor comparabilidade e transparência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Materialidade e Agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de inúmeras transações ou outros acontecimentos agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. O processo de agregação e classificação corresponde à apresentação de dados condensados que compõem o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no património líquido e a demonstração de fluxos de caixa.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não foram sujeitos a compensações, exceto os que exigidos por uma NCP.

Continuidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos foram registados pelo seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, de acordo com o classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

No caso dos ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Os mesmos passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

Nenhuma das entidades do grupo tem propriedades de investimento.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Transferências e subsídios

As transferências e os subsídios são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável sobre o seu recebimento e/ou cumprimento das condições a eles associados. As transferências e subsídios de capital são reconhecidos no património líquido e subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimento do período, proporcionalmente às amortizações/depreciações dos respetivos bens.

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos na demonstração de resultados, considerando o princípio da especialização, ou seja, com base no período a que respeitam.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros foram valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



As contas "clientes" e "outras contas a receber" foram reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros valores a receber, respeitaram os saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram solicitados pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a CIMAC racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas numa perspetiva de continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de elaboração das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Poderão, no entanto, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento

Nas contas individuais da CIMAC existem Ativos Fixos Tangíveis em regime de Concessão, no valor de 16.588.414,15€ (quantia bruta), relativos à infraestrutura pública de Eficiência Energética.

Estes bens, reconhecidos no ativo da CIMAC, resultam do contrato de gestão de eficiência energética relativo à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública dos municípios do Alentejo Central, com a duração de 12 anos. Este ativo foi reconhecido nas contas da CIMAC no exercício de 2020 no contexto excecional da reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC_AP.

Os ativos intangíveis adquiridos foram registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das amortizações acumuladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As amortizações destes bens foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2.

O conjunto dos **ativos fixos tangíveis** e **intangíveis** do grupo público ascendeu a 28 milhões de euros (quantia escriturada no final do período). Para além do sistema de tratamento de resíduos evidenciar um peso estratégico desta componente no grupo, o sistema de eficiência energética na iluminação pública do Alentejo Central veio acrescer, desde 2020, de forma bastante significativa o total do ativo consolidado.

Este ativo da CIMAC em concessão, representou em 2022 cerca de 43% do total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do grupo consolidado.

Acordos de concessão de serviços: concedente

Encontra-se concessionado à empresa Alentejo Central Smartlight, Lda. a eficiência energética nos sistemas de iluminação pública dos municípios do Alentejo Central.

Em 2020 a CIMAC procedeu ao reconhecimento, no seu Balancete de Abertura SNCAP 2020, do ativo de concessão de serviços e ao reconhecimento do passivo, lançando o valor do ativo sem IVA na conta 25.6 (acordos de concessão de serviços) e o valor do IVA não dedutível do ativo na conta 27.2.2 (credores por acréscimo de gastos) de modo a garantir a sua depreciação em quotas constantes. O passivo tem vindo a ser desreconhecido sucessivamente com o pagamento de cada prestação.

A relação com os municípios neste contrato originou igualmente o reconhecimento da dívida da componente de capital (valor do Ativo + Iva) de cada um dos municípios no balancete de abertura SNCAP da CIMAC em 2020. Por sua vez também o desreconhecimento tem sido efetuado pelos documentos de receita emitidos ao longo do tempo.

Operações internas

Procedeu-se à eliminação das operações internas das entidades integrantes do grupo público, através da eliminação das transações relativas a operações efetuadas entre as respetivas entidades. Estas operações resumiram-se à anulação dos vários itens relacionados com a participação financeira da CIMAC na GESAMB:

- Participação financeira registada na conta 41 da CIMAC;
- Património/capital subscrito
- Participação nas reservas da Gesamb
- Regularizações (resultados transitados)
- Ajustamentos em ativos financeiros registados na conta 57 da CIMAC
- Participação nas variações de capital próprio da Gesamb
- Aplicação do método da equivalência patrimonial registado na conta 78 da CIMAC

Dívidas entre as entidades

Os balanços das entidades envolvidas na consolidação evidenciam que não existem dívidas entre as duas entidades.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Investimentos financeiros

A CIMAC detém 60% do capital social da GESAMB com o valor nominal de 600.000 €;

Nas suas contas individuais a CIMAC reconhece a sua participação utilizando o método de equivalência patrimonial (MEP), encontrando-se o seu valor à data de relato do exercício 2022 reconhecido pelo montante de 7.242.490,44€. No processo de consolidação este valor foi eliminado por contrapartida das contas adequadas no património líquido.

Dívidas a terceiros

A dívida total do grupo é de 20.621.101,46€, correspondendo grande parte ao acordo de concessão de serviços de eficiência energética da CIMAC:

Eficiência energética exigível c.p.	971.415,04 €
Eficiência energética exigível m.l.p.	10.241.060,25 €
	11.212.475,29 €

Também na parte da CIMAC está incluída a componente credora do sistema da compensação das estações de transferência do sistema de resíduos urbanos, que se encontra compensado pela componente devedora da parte restante dos outros municípios do sistema.

O montante da dívida, quer financeira, quer de funcionamento da GESAMB não releva para o endividamento da CIMAC já que a participada cumpre os requisitos de equilíbrio definidos na Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Dívidas de terceiros

O montante das dívidas de terceiros do grupo totalizou 21.633.221,42€. Nestas dívidas constam, tanto na CIMAC como na GESAMB, o registo contabilístico de vários contratos de financiamento relativos a vários projetos em execução no exercício, contudo também aqui o valor mais significativo diz respeito ao contrato de eficiência energética da CIMAC repercutido na dívida de cada município à CIMAC.

Provisões

O conjunto das provisões para riscos e encargos correspondem integralmente ao valor provisionado pela GESAMB para a selagem do aterro.

Subsídios ao investimento

Os aumentos ocorridos ao nível dos subsídios de investimento correspondem a registos de contratos de financiamento aprovados e em execução e a pedidos de pagamento apresentados relativamente às operações aprovadas e em curso.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Contas da classe 5

A CIMAC foi criada por imposição legal através extinção da AMDE, pelo que o seu património integra parte do valor que na conta da AMDE se encontrava registado relativamente a ajustamentos de capital na GESAMB.

O Balanço consolidado reflete devidamente nas contas da classe 5 os interesses não controlados do sócio privado da GESAMB.

O património líquido consolidado apresenta um valor de 14.885.569,57€, a que corresponde um valor de 4.951.326,96€ relativo a interesses minoritários.

Demonstração de resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pela CIMAC combinando as suas demonstrações financeiras com as da GESAMB, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de ativos, passivos, capital próprio/património líquido, rendimentos e gastos, e eliminando saldos, transações, rendimentos e gastos intragrupo.

Relativamente aos resultados de 2022, a conta da CIMAC apresenta um resultado líquido de 802.117,70€ e a GESAMB apresenta um valor positivo nas suas contas individuais de 134.118,49€.

O resultado líquido consolidado do grupo CIMAC-GESAMB, em 2022, registou o montante de **855.765,10€**, dos quais 53.647,40€ respeitam a interesses minoritários (40% do resultado líquido da GESAMB).

Évora, junho de 2023



SL

12
PQ

RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE



1



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1.14.
\$
[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2022 (que evidencia um total de 57.806.198 euros e um total de património líquido de 14.885.570 euros, incluindo um resultado líquido de 855.765 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central** em 31/12/2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

De acordo com nota “Aspetos Preliminares”, tendo em consideração que a participada GESAMB EIM aplica o Sistema de Normalização Contabilística, não estando por esse motivo sujeita à aplicação da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, o perímetro de consolidação orçamental inclui apenas a CIMAC.

Conforme referido na Certificação Legal e Contas individual da CIMAC, considerando que a conta do ativo (20), que reflete o valor do contrato de eficiência energética, não tem na UNILEO desagregação







MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Handwritten signatures and initials in red and black ink.

entre corrente e não corrente, não foi possível efetuar a repartição do referido contrato entre ativo corrente e ativo não corrente no Balanço. Assim, até o Plano de Contas Multidimensional (PCM) ser corrigido permitindo a devida desagregação, não será possível evidenciar essa matéria. Por esse motivo e de acordo com a sua maturidade o ativo corrente está sobreavaliado em 12,6 milhões de euros e o ativo não corrente subavaliado no mesmo montante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro,







MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

[Handwritten signature and initials in red and black ink]

dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.





L



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Handwritten signature and initials in red ink.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Publica (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, xx de junho de 2023

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda
Representada por
Nuno Miguel Vieira Rodrigues - ROC nº 1903



[illegible]



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Handwritten signature and initials in red ink.

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMAC

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas da **CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central**, referentes ao exercício findo em 31/12/2022.

2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas da Entidade. Para a execução destes trabalhos recebeu da Entidade toda a informação que ao mesmo solicitou.

3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas da **CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central** referente ao exercício findo em 31/12/2022, e tendo em conta as Ênfases incluídas na Certificação de Contas Consolidada, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim, queremos agradecer à Entidade e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, xx de junho de 2023

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda
Representada por
Nuno Miguel Vieira Rodrigues-ROC nº 1903





APROVAÇÃO

Conselho Intermunicipal

Em 20 de JUNHO de 2023

• *[assinatura]*
• *João Gomes*
•

Assembleia Intermunicipal

Em 14 de DEZEMBRO de 2023

• *Francisco Sousa*
• *Rui Manuel Gomes Casão*
• *Isaura Serra*

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Rua 24 de Julho, n.º 1 | 7000-673 Évora
www.cimac.pt

